

PORTUGAL DEMOCRATICO

REDAÇÃO: RUA CONSELHEIRO FURTADO, 191, SALA 2 — ANO V — N.º 53 — SÃO PAULO, OUTUBRO DE 1961 — CAIXA POSTAL N.º 4.469

UNIDOS, PELA REPUBLICA!



A REVOLUÇÃO DE 5 DE OUTUBRO — A PRIMEIRA BANDEIRA QUE SAIU PARA A ROTUNDA

**OU
UNIDADE
OU
SALAZARISMO**

Muitos democratas e anti-salazaristas insistem em combater a Unidade, ou simplesmente em duvidar da sua eficácia ou ainda em achá-la desnecessária. Não fora muito velho o ditado que diz — "A união faz a força", e seria caso para o inventar.

Antes de tudo todos os anti-salazaristas devem compreender que a vitória sobre Salazar será de todos, e para todos proveitosa. Seria este um motivo suficiente?!

Acresce que as condições de luta contra um estado totalitário, apoiado na força da polícia política e na corrupção das forças armadas, tornam a unidade dos opositores indispensável à vitória final sobre o fascismo salazarista.

Alguns, de boa fé, pensam que a Unidade implicaria no abandono das suas concepções sobre as soluções futuras, ou quaisquer cedências de pontos de vista e, por isso teimam em não aceitar ou vão mesmo ao ponto de combatê-la. Outros há que pensam ser a Unidade uma forma de impedir todos os processos de luta ou, pelo menos de excluir alguns.

Portugal Democrático, defensor desde a sua fundação, da Unidade, lembra mais uma vez a cada um e a todos os anti-salazaristas que ela é, tão sómente, uma forma de ação, quiçá a única capaz de atingir o objetivo; que a Unidade pressupõe divergências, importantes ou não e uma só resposta comum, — a ditadura salazarista deve ser derrubada.

Ofensiva Contra Salazar

MANUEL SERTORIO

Durante muito tempo, foi linha política unanimemente seguida pelos democratas portugueses absterem-se de participar nos atos eleitorais da ditadura. Isto sucedeu nas eleições legislativas de 1945, nas presidenciais de 1949 e 1951, nas eleições novamente legislativas de 1953 (com exceção de uns poucos candidatos que, orientados pelo Prof. António Sérgio, foram, pela primeira vez, até ao escrutínio).

Ainda nas eleições de 1957, para a assembleia dita nacional, um grande setor da Oposição proclamou, na imprensa, o seu alheamento do ato eleitoral, atitude que havia de tomar inicialmente, mais uma vez, quando da última eleição para a presidência da República, em 1958.

A justificação desta posição foi sempre a das "eleições" salazaristas não oferecerem a mínima garantia legal de honestidade, quer, na elaboração dos cadernos do recenseamento quer na fiscalização do escrutínio.

Claro que todos os democratas que se bateram nas urnas, nas duas últimas eleições, nunca alimentaram dúvidas sobre a falta de honestidade dos salazaristas. Mas enquanto os democratas intervencionistas partiam do princípio, que hoje se impôs a todos os anti-salazaristas, de que é necessário acelar a luta em todas as circunstâncias, por pior que sejam, como condição as transformar — como transformadas foram — a nosso favor, os democratas abstencionistas encontravam-se convencidos de que a publicidade internacional da sua abstenção e da denúncia da falta de garantias eleitorais atuaria por forma favorável à Oposição, mediante a repulsa do fascismo português despertada na opinião pública e nos governos dos países democráticos.

Isto foi um grande erro tático, como hoje todos reconhecem.

Cabe, porém, perguntar qual foi a causa deste erro, pois é interrogante nos constantemente sobre as razões dos nossos erros e buscando respostas para essas perguntas que evitaremos praticar novos erros baseados nas mesmas causas.

Ora, o erro acima apontado fundamentou-se no defeituoso conhecimento do ambiente internacional referentemente à luta dos democratas portugueses, que, ao contrário do que supôs, em nada se deixou nem podia deixar-se influenciar por uma platónica e passivista atitude dos anti-salazaristas, que não podiam — ao menos naqueles anos negros de 1949-1958 — substituir a luta eleitoral por outra forma de combate ao regime susceptível de alcançar verdadeira repercussão internacional.

E qual a razão desse defeituoso conhecimento do ambiente internacional?

A resposta só pode ser uma: a subestimação, por parte dos organismos políticos oposicionistas, da imigração política já então existente em vários países e engrossada incessantemente a partir de 1947, com as demissões de muitos professores universitários e sua ulterior e consequente emigração.

Com efeito, os emigrados políticos portugueses desde sempre deveriam ter funcionado como um eficaz periscópio da Oposição, informando-a, nas oportunidades precisas e com inteira correção, do que pensam a opinião pública, os sindicatos, os partidos, os parlamentares e os governos dos países para que se expatriaram.

Esta atividade do exterior para o interior de Portugal deve ser acompanhada por outra espécie de atividade política do interior para o exterior, realizada também através dos emigrados: a de informar devidamente aquela mesma opinião pública e aqueles mesmos sindicatos, partidos, parlamentares e governos estrangeiros sobre a política do fascismo português e a da Oposição em face dele.

Ora, a verdade é que isto ainda hoje mal sucede, na maior parte dos casos, porque para que este trabalho possa ser executado com eficiência impõe-se como realidade imprescindível a organização e dinamização dos emigrados políticos e isso exige a criação de organismos diretivos locais capazes de mobilizarem as respectivas coletividades portuguesas e de uma cúpula de toda a emigração que, como porta-voz da frente interna, desenvolva a linha política de luta no exterior.

Acontece que a quantidade e a qualidade atuais da nossa emigração democrática e a guerra colonial de Angola permitem, hoje mais do que nunca, alcançar para a Oposição portuguesa uma extraordinária audiência internacional, compatível já não apenas com a denúncia dos crimes mais gritantes do salazarismo sussurrados através dos pequenos jornais anti-salazaristas mas com uma ofensiva diplomática em larga escala, desenvolvida diretamente junto dos governos dos vários países democráticos e dos organismos da ONU.

Terá de conservar-se bem presente, no entanto, que a atual receptividade internacional para os problemas políticos do povo português provem da guerra de extermínio levada a cabo por Salazar em Angola e que a Oposição, assim, pela boca dos emigrados que a representam, terá de marcar claramente a sua posição anti-colonialista.

Não se pense que este seja um problema meramente platónico, pois é a nossa atitude perante ele que nos porá nas condições necessárias para desenvolver com êxito aquela ofensiva diplomática.

É que, sendo a luta dos africanos uma luta contra o colonialismo português (que por coincidência é um colonialismo fascista) e a nossa luta uma luta contra o fascismo salazarista (que por coincidência é um fascismo colonialista), na medida em que os nacionalistas africanos e os democratas portugueses estabeleçam na prática uma ação política comum no exterior ter-se-á conseguido a precisa articulação de forças para que a luta dos nacionalistas seja de fato uma luta contra Salazar, em troca da luta dos democratas portugueses se apresentar, também de fato, como uma luta anti-colonialista.

Mobilizem-se, pois, as coletividades portuguesas do exterior em torno dos organismos diretivos locais; constitua-se, o mais rapidamente possível, um organismo de cúpula de toda a emigração anti-salazarista, que funcione, mediante as necessárias ligações, como o porta-voz representativo da Oposição portuguesa; planeie este organismo uma ofensiva diplomática comum com as organizações nacionalistas; e ter-se-á — estejamos certos disso — dado um passo decisivo no caminho da libertação do povo português.



Angola e a Africa

MARIO DE ANDRADE

Publicamos abaixo o texto de uma declaração recentemente divulgada em Conakry pelo presidente do Movimento Popular de Libertação de Angola, sr. Mario de Andrade. O fato de o MPLA, em cujas fileiras milita o escol da intelectualidade angolana, estar assumindo crescente participação na luta armada em curso na grande colônia lusa, confere especial interesse ao depoimento de Mario de Andrade, que, à margem da sua atividade política ocupa na literatura de língua portuguesa um lugar de destaque como poeta e ensaísta.

Tornou-se claro para todos que uma guerra de extermínio conduzida pelo mais atrasado dos colonialismos incendeia Angola.

A situação colonial traduz-se, aliás, sempre por um estado permanente de guerra. As sevícias e os massacres jamais tiveram limite no decurso de cinco séculos de "presença portuguesa" em nosso país.

Ainda recentemente declarávamos que o governo português, uma vez colocado em face da menor reivindicação da população angolana, reagia pelo assassinio em massa e por esse mesmo fato impelia o próprio povo a organizar-se e a mobilizar-se com vista a uma autodefesa ativa. Os preparativos de guerra do governo de Salazar não constituíam segredo para ninguém. Alguns duvidavam apenas de que o povo angolano, submetido às piores práticas do trabalho forçado, sucedâneo da escravidão, pudesse levantar-se contra o bárbaro domínio colonial.

Pois bem, no dia 4 de fevereiro deste ano, grupos de patriotas angolanos, na maior parte militantes do MPLA deram o primeiro brado de alerta e a medida da sua determinação na luta pela libertação nacional, atacando as prisões militares e civis de Luanda onde permanecem encarcerados os líderes do nosso Movimento e de outros partidos nacionalistas. Desde então, a luta armada intensificou-se, pondo o norte do país a ferro e fogo. O governo português enfrenta a insurreição popular com cerca de 60.000 soldados, num ritmo crescente de 1.000 mercenários por semana.

A desorientação mais completa apossou-se do ditador moribundo.

Um fato permanece de pé: o governo português continua impunemente uma guerra de extermínio, um genocídio organizado que já fez entre as populações civis 50.000 vítimas. Trata-se de uma guerra sem prisioneiros. A cada choque, a cada ataque efetuado pelos nacionalistas contra uma aldeia ou contra uma plantação de colónos, a cada ato de sabotagem, as tropas colonialistas portuguesas respondem com a crueldade que se conhece: "razzia", bombardeamento com napalm, destruição total. Um oficial português declarava recentemente ao correspondente da revista norte-americana "Time": "Matamos 30.000 destes animais; são talvez uns 100.000 a participar na revolta, mas tencionamos matá-los todos, quando as chuvas cessarem no fim de maio". Entretanto, o sr. Adriano Moreira, ministro das Colónias, ousa ainda proclamar: "Enfrentamos nesta província uma agressão cujo objetivo é claro: o genocídio".

De fato, como muito bem diz Aimé Césaire: "O grande drama histórico da Africa foi menos a sua tardia entrada em contacto com o resto do mundo do que a maneira pela qual eses contacto se operou; porque foi no momen-

to em que a Europa caiu nas mãos dos financistas e dos capitães de industria mais destituídos de escrúpulos que a Europa se "propagou"; porque a nossa infelicidade quis que fosse essa Europa aquela que havíamos de encontrar ao caminho e que a Europa se tornasse responsável diante da comunidade humana do maior montão de cadáveres que jamais se viu".

Não é difícil imaginar a parte de Portugal nessa matança.

Todos esses atentados aos direitos do homem em Angola, às legítimas aspirações do povo angolano à autodeterminação e à independência justificam hoje que apelemos para a solidariedade internacional, para a consciencia universal e, em primeiro lugar, para a solidariedade africana. Não teria sentido a existencia de uma Africa liberta dos grilhões coloniais e uma outra Africa a debater-se na goliatha do dominio estrangeiro, se uma olhasse a outra passivamente. Durante os ultimos debates da Assembleia Geral das Nações Unidas houve já, no plano diplomatico, manifestações de solidariedade expressas pelos países africanos independentes. A situação angolana exige atitudes mais firmes e mais concretas: uma solidariedade atuante em todos os campos e por todos os meios, suscetível de apressar a conquista da independencia de Angola, e ao mesmo tempo isolar, definitivamente, o Portugal colonialista no plano internacional. Radicalizemos o problema: se Salazar é o inimigo confesso dos povos africanos, importa que os governos dos países irmãos se coloquem imediatamente na vanguarda da campanha de apoio à luta de libertação do povo angolano e que visa a pôr termo à atual guerra de extermínio.

Contamos com as decisões que o Conselho de Segurança poderá, brevemente, tomar a nosso favor, sob a orientação do grupo afroasiático. Contamos com a aplicação imediata, por todos os governos africanos, do apelo lançado pelos Movimentos Nacionalistas das colônias portuguesas por ocasião da Conferencia que realizaram em Casablanca, apelo em favor do boicote economico e diplomatico de Portugal.

Estamos certos de que a solidariedade africana não falhará porque ela nos é necessaria.

Adolfo Casais Monteiro

POESIAS ESCOLHIDAS

Coletão, T. 4 de
re Poesias Inpre
na Oficial da Bah
a Salvador 1960



Recentemente publicadas, e à venda, também, na nossa redação, as "Poesias Escolhidas" de Adolfo Casais Monteiro, são mais uma obra de invulgar importancia na extensa bibliografia do nosso companheiro de redação, cujo nome está no "Index" de Salazar. Poeta, ensaísta, crítico literario, cujo alto valor, em que pesem os esforços dos agentes de Salazar, é reconhecido alem-fronteiras, Adolfo Casais Monteiro é um dos mais lucidos oposicionistas portugueses, e sua voz será uma das mais poderosas no Portugal de amanhã.

EM S. PAULO

Assembleia Oposicionista de 23 de Setembro de 1961

Pelas 15,30 hs. do dia 23 de Setembro de 1961 realizou-se na sede do C.R.P. uma assembleia de oposicionistas, com a presença de muitas dezenas de democratas portugueses.

Tomou a presidência o cap. J. Sarmiento Pimentel, que convidou para secretariarem a sessão os srs. Manuel Sertório e Ricca Gonçalves.

Depois de breves palavras do presidente, tomou a palavra o sr. M. Sertório, para ler o relatório apresentado pela comissão de interligação eleita em 9 de Março p.p., alem de uma mensagem do Grupo de Portugueses Democratas de Inglaterra.

O presidente propôs um voto de louvor e agradecimento à Comissão e o dr. Casais Monteiro propôs que esse voto fosse feito por aclamação, o que sucedeu.

Posto o relatório à discussão, usaram da palavra os srs. Casais Monteiro, Toga Machado, João Couto e Maria Irolinda Roque e, para prestarem esclarecimentos, os srs. M. Sertório e Joaquim Duarte Baptista.

Nesta altura o presidente teve de abandonar a sala, passando a presidência ao eng. Ricca Gonçalves e vindo para a mesa, como secretário, o sr. J. D. Baptista.

Aprovado o relatório na especialidade, usaram da palavra sobre a necessidade de uma frente única da oposição a Salazar no Brasil os srs. Júlio Duarte, Casais Monteiro, M. Sertório, Manuel Moura, J. D. Baptista, Dr. Toga Machado, Fernando Lemos, e Alexandre Pereira.

Submetida à assembleia uma proposta com 30 assinaturas para a eleição de uma comissão de bons officios, foi a mesma aprovada por larga maioria.

Por fim, foi também aprovado que a Comissão de Interligação eleita em 5 de Março prossiga nos mesmos trabalhos com a composição anterior, até à próxima assembleia, a realizar quando a Comissão de bons officios puder dar contas do seu trabalho.

O texto da proposta acima referida é:

Constatando que os oposicionistas no Brasil se encontram publica e formalmente divididos em 3 ou 4 núcleos sem possibilidade prática de formarem uma frente comum na luta anti-salazarista, e tendo ainda em atenção a necessidade e urgência da formação dessa frente comum, resolve esta assembleia eleger uma comissão de bons officios constituída pelos Srs. Paulo de Castro, Carneiro Franco, Adolfo Casais Monteiro, Manuel Sertório, João Sarmiento Pimentel, Jorge de Sena, Augusto Aragão e Ricca Gonçalves, com o fim de estabelecerem os contactos necessários com os diversos núcleos da oposição no Brasil por forma a estabelecer a plataforma comum possível para uma frente única, na luta contra a ditadura salazarista, de portugueses do Brasil.

- a) Fernando Lemos, A. Veiga de Oliveira, Alexandre Leal Dias, Jaime Augusto Gonçalves, Antunes Gil, Julio Duarte, João Couto, Manuel Lobo, Humberto Soares, Vitor M. de Oliveira, João Cesário Catarino Gonçalo, Manuel Algodres, Helder Costa, Alexandre Antunes Pereira, Orlando Leite Ribeiro, Luís Caldas Nogueira, Jorge Gonçalves de Souza, Afonso Costa dos Santos, José Mario da Silva Bodas, José Fonseca Martins, Hermegénio Gil Borges, Fernando da Silva Ramos, Armando Correia Pinto, José Prudência Tinoco, João F. Afonso, Fernando Costa, António Ribas, Manuel Moura e Mario H. de Oliveira.

O problema da Guiné e do Cabo Verde analisado na Conferência de Dakar

Iniciamos, hoje, conforme anunciamos, a publicação de um extenso documento, elaborado pelo P.A.L.

A invulgar formação política e intelectual que esse documento revela, confirma mais uma vez a plena capacidade dos líderes nacionalistas das "colônias" portuguesas para assumirem o governo delas, como nações livres e independentes.

O recente ataque de grupos armados partidos do Senegal a um posto militar luso na fronteira da Guiné Portuguesa veio chamar a atenção da opinião pública mundial para uma nova frente de luta aberta contra o colonialismo português. O documento que abaixo publicamos — extraído do relatório apresentado pelo Partido Africano da Independência na Conferência das organizações nacionalistas da Guiné Portuguesa e de Cabo Verde, realizada em Dakar, de 12 a 15 de junho — lembramos de que, além de Angola, surgirá mais cedo ou mais tarde, na Costa Ocidental, outro Estado africano de língua portuguesa que resultará da provável associação de duas colônias lusas ora empenhadas numa luta comum: a Guiné e Cabo Verde.

Durante a segunda metade do século XX — o século das luzes e da liberdade — os povos da Guiné Portuguesa e das Ilhas de Cabo Verde encontram-se submetidos a mais violenta exploração do homem pelo homem, são objeto da mais monstruosa opressão nacional, social e cultural e vítimas de bárbara repressão militar e policial.

Na realidade, a situação dos nossos povos, assim como a dos demais povos dominados por Portugal, parece absurda. Os direitos fundamentais do homem, as liberdades essenciais, o respeito pela dignidade humana — tudo isso são coisas desconhecidas em nossos países. Enquanto as potências coloniais accitam de um modo geral o princípio da autodeterminação dos povos e procuram, cada uma à sua maneira, encontrar uma solução para o conflito que as opõe ao povo dominado, o Governo Português persiste em manter o domínio e a exploração sobre cerca de 14 milhões de seres humanos, dos quais 12 milhões são africanos. Enquanto a esmagadora maioria dos povos africanos, apesar das contradições e das dificuldades que apresentam, iniciam a construção pacífica do progresso, os nossos povos são obrigados, pelos colonialistas portugueses, a continuar vivendo na mais extrema miséria, na ignorância e no medo. Enquanto o homem vitorioso na luta contra a natureza e para o progresso realiza os sonhos de Julio Verne e inicia a conquista do espaço, os colonialistas portugueses querem manter pela força os nossos povos na submissão, na indignidade do trabalho forçado, na cinica condição de não civilizados e de animais de carga. Enquanto o vento do nacionalismo varre os continentes, e os povos, inclusive os da Europa, procuram definir pela unidade a sua própria personalidade histórica, económica e geográfica, os colonialistas portugueses tentam, embora em vão, persuadir o mundo de que não têm colônias e que os nossos povos africanos são "provincias de Portugal". Enquanto nossos povos, através de grandes sacrifícios, se lançam decididamente na luta pela libertação nacional, os colonialistas portugueses perseguem, prendem, torturam, matam, massacram, desencadeiam uma guerra colonial de extermínio em Angola e preparam-se febrilmente para uma nova guerra na Guiné Portuguesa e nas ilhas de Cabo Verde.

Queremos apenas lembrar que a denúncia do crime colonial português foi obra dos próprios povos das colônias portuguesas, o resultado de um trabalho revolucionário planeado e sistematicamente realizado pelos patriotas africanos no campo internacional. Suptando os maiores sacrifícios e a resistência (por vezes a hostilidade) de alguns círculos ocidentais, estes patriotas africanos, conscientes da necessidade estratégica de isolar os colonialistas portugueses até mesmo dos seus principais aliados, não pouparam esforços nessa missão histórica.

Queremos apenas lembrar que a denúncia do crime colonial português foi obra dos próprios povos das colônias portuguesas, o resultado de um trabalho revolucionário planeado e sistematicamente realizado pelos patriotas africanos no campo internacional. Suptando os maiores sacrifícios e a resistência (por vezes a hostilidade) de alguns círculos ocidentais, estes patriotas africanos, conscientes da necessidade estratégica de isolar os colonialistas portugueses até mesmo dos seus principais aliados, não pouparam esforços nessa missão histórica.

O COLONIALISMO E SEUS CRIMES

A história do colonialismo relatará para surpresa das gerações futuras, os crimes e os males a que os povos africanos foram submetidos durante o domínio colonial. Entretanto, não há dúvida de que um lugar importante será reservado ao colonialismo português

por causa da sua duração, do atraso, da violência, do cinismo, da hipocrisia, das mentiras e mesmo de certo tipo de loucura que caracterizou o domínio colonial português em Africa.

Todavia, a situação imposta aos nossos povos pelos colonialistas portugueses não é tão absurda como se poderia crer. Evidentemente, a violência e a mentira foram e são ainda as principais armas de qualquer colonialismo. Contudo, quando o país colonizador tem um governo fascista e o povo desse país é na sua maioria analfabeto não conhecendo nem gozando dos direitos fundamentais do homem e apresenta um nível de vida muito baixo na própria metrópole — quando a sua economia é subdesenvolvida como é o caso de Portugal — a violência e a mentira não encontram paralelo e a falta de respeito para com a dignidade do homem africano ultrapassa todos os limites.

Uma análise, concreta dos factores que condicionaram e condicionam ainda a evolução da situação dos nossos povos demonstra que ela se justifica pelas condições geográficas, históricas e principalmente económicas e políticas tanto dos nossos países como de Portugal.

ANALISE DA SITUAÇÃO

No decurso dos ultimos 35 anos esta situação agravou-se muito devido ao facto de as forças reaccionárias portuguesas, ao conquistarem o poder, haverem instalado em seu proprio pais uma ditadura nazifascista, cuja defesa e sobrevivencia tom como base principal a exploração dos recursos materiais e humanos das colônias africanas de Portugal.

A velha ditadura colonial — toda situação colonial é uma situação de domínio pela violência — transformouse numa ditadura colonial fascista, a injustiça, a falta de respeito pelo homem africano, o racismo, a ausência de liberdades politicas, a miséria, a ignorância, a fome e o medo — a opressão e a repressão ultrapassaram todos os limites. Como reflexos do contexto economico e politico português, novas formas de opressão e de repressão foram postas em pratica e os nossos povos principiaram a viver em verdadeiro estado de sitio.

Durante muito tempo, o Governo colonial fascista de Portugal conseguiu pelo silencio, o cinismo e a hipocrisia a opinião mundial de conhecer os crimes dos colonialistas portugueses. Para dizermos toda a verdade, convém lembrar que o exito temporario dessa politica de silencio, foi devido em grande parte à cumplicidade e à ajuda de certas forças económicas de outros países, as quais tinham e têm ainda o maior interesse em "conservar" as colônias portuguesas.

Queremos apenas lembrar que a denúncia do crime colonial português foi obra dos próprios povos das colônias portuguesas, o resultado de um trabalho revolucionário planeado e sistematicamente realizado pelos patriotas africanos no campo internacional. Suptando os maiores sacrifícios e a resistência (por vezes a hostilidade) de alguns círculos ocidentais, estes patriotas africanos, conscientes da necessidade estratégica de isolar os colonialistas portugueses até mesmo dos seus principais aliados, não pouparam esforços nessa missão histórica.

Queremos apenas lembrar que a denúncia do crime colonial português foi obra dos próprios povos das colônias portuguesas, o resultado de um trabalho revolucionário planeado e sistematicamente realizado pelos patriotas africanos no campo internacional. Suptando os maiores sacrifícios e a resistência (por vezes a hostilidade) de alguns círculos ocidentais, estes patriotas africanos, conscientes da necessidade estratégica de isolar os colonialistas portugueses até mesmo dos seus principais aliados, não pouparam esforços nessa missão histórica.

UM VOTO HISTORICO

Nossa vitória total contra o colonialismo português no plano internacional, é hoje evidente. Foi consagrada pelo voto da Assembléa Geral da ONU de 14 de dezembro de 1960, confirmando por esmagadora maioria a resolução do Conselho da Segurança que exigia de Portugal informações sobre a situação



Salazar, com sua politica colonialista talvez haja des truido, por longos anos a possibilidade de coexistência de dois povos, no respeito mutuo dos direitos e deveres de cada um.

dos povos que domina. Mesmo levando em conta o caracter formal ou moral desta vitoria ela representa um grande passo em frente na nossa luta de libertação, pois conseguimos isolar o nosso inimigo".

ISOLAMENTO E CONTRADIÇÕES

"Os nossos povos, que sabem distinguir o governo colonial fascista do povo de Portugal, não lutam nem querem lutar contra o povo português. Lutamos e lutaremos até à vitória final contra os colonialistas portugueses.

Entretanto, a situação objectiva das grandes massas populares de Portugal, oprimidas e exploradas pelas classes dirigentes do país, deve fazer-lhes compreender as grandes vantagens que para eles resultariam da vitória dos povos africanos sobre o colonialismo português.

As classes cultas de Portugal e especialmente aos democratas progressistas incumbe ajudar o povo português a obstruir os vestígios virulentos da ideologia escavagista e colonialista, os quais determinam, de maneira geral, o seu comportamento negativo em face das justas lutas dos povos africanos. Contudo, essas classes cultas deveriam, nesse sentido, vencer a sua mentalidade colonialista, feita de preconceitos de um desdém sem fundamento em relação ao valor e à capacidade dos povos africanos.

Os democratas portugueses confundirão impossibilitados de compreender as justas reivindicações dos nossos povos — enquanto não se convencerem de que a tese da imaturidade para a autodeterminação é falsa e não se persuadirem também de que a opressão não é nem será nunca uma escola de virtudes de aptitudes para qualquer povo seja ela qual for.

É preciso reafirmar claramente que sendo contrários a todo e qualquer fascismo, os nossos povos não lutam contra o fascismo português; lutamos contra o colonialismo português. A destruição do fascismo em Portugal deverá ser uma obra do proprio povo português: a destruição do colonialismo português deve ser uma obra dos nossos proprios povos.

O COLONIALISMO E O FASCISMO

Temos consciência das intimas relações entre o colonialismo e o fascismo português. Os colonialistas portugueses e a exploração colonial estão seguramente na base do fascismo português e do seu fortalecimento. Se a queda do fascismo em Portugal pode não conduzir ao fim do colonialismo português — essa hipótese de resto tem sido anunciada por alguns dos líderes da oposição portuguesa — estamos certos de que a liquidação do colonialismo português acarretará a destruição do fascismo em Portugal. Com a nossa luta libertadora contribuímos eficazmente para a queda do fascismo português e damos ao povo de Portugal a melhor prova da nossa solidariedade. Esse facto é um motivo de orgulho para os nossos povos que esperam do português a mesma solidariedade através de uma intensificação da luta contra o fascismo. Se a oposição portuguesa fôsse capaz de realizar a sua propria unidade e de aceitar abertamente o principio da autodeterminação e da independência para os nossos povos (como já o fizeram alguns dos seus setores) e de guiar o povo português numa acção directa contra o fascismo, estaríamos prontos a considerar a possibilidade de uma aliança das nossas forças e das forças de-

mocráticas e progressistas portuguesas, para a liquidação simultanea do colonialismo e do fascismo português. Na luta contra as mesmas forças inimigas, seriam lançadas as bases de uma amizade e de uma colaboração futuras, ao serviço dos interesses dos nossos povos e do povo português.

Entretanto, o poder em Portugal continua nas mãos dos colonialistas-fascistas. Os nossos povos aimentaram durante muito tempo a esperança de uma solução pela via pacifica do conflito que os opõe ao Governo Português. Mas em lugar de se decidir a tomar uma atitude corajosa e a cumprir as suas obrigações para com os nossos povos, o governo português recorreu a todos os meios ao seu alcance para reforçar e manter o seu dominio sobre os nossos povos. De resto, com o desencadear da guerra colonial e de extermínio em Angola, onde o povo africano vem lutando heroicamente pela dignidade e a independência, o governo português vibrou um golpe decisivo nas esperanças daqueles que esperavam uma liquidação pacifica do seu sistema colonial. Os nossos povos estão hoje firmemente convencidos de que os colonialistas portugueses só serão expulsos de Africa pela força".

O DESENVOLVIMENTO DA LUTA

"Com base no nosso direito legitimo à insurreição contra o dominio estrangeiro, os nossos povos desencadearam a luta politica de libertação, a qual assumirá as formas exigidas pelo seu desenvolvimento. A nossa luta integrase na tradição de resistência patriótica dos povos da Guiné e de Cabo Verde. A resistência do povo da Guiné, vencida pela porça das armas, nunca deixou de se manifestar: revoltas, resistência passiva, emigração em massa para os territorios vizinhos e — é o caso dos nossos irmãos Bissagos de Canhabaque — a recusa de pagar o imposto de soberania português. O nosso povo alcançou grandes vitorias contra a superioridade técnica das armas portuguesas. Bateu-se corajosamente até ao limite das suas forças contra as forças armadas dos colonialistas. Nas Ilhas de Cabo Verde, numerosas revoltas assinalaram, desde o periodo da escravidão, o ódio do povo para com o dominio português. O povo, principalmente em S. Tiago, S. Antão e S. Vicente, através de manifestações, greves e revoltas, levantou-se várias vezes contra os senhores da terra e o dominio estrangeiro.

A nossa luta não é senão a continuação da travada pelos nossos povos contra os colonialistas portugueses. Na Guiné e nas Ilhas de Cabo Verde, essa situação agrava-se de maneira como resultado da propria agravação da opressão portuguesa e como consequência do desenvolvimento da nossa luta de libertação.

O MASSACRE EM BISSAU

Na Guiné, após o massacre do cast de Pidiiguiti (Bissau, 3 de agosto de 1959), durante o qual os militares e os civis portugueses abateram dezenas de trabalhadores em greve, uma vaga de repressão e de terror, planejada e comandada pela PIDE (polícia politica), tornou ainda mais dura a vida e a luta do povo da Guiné. Simultaneamente, a administração colonial conseguiu criar pelo aumento da exportação de arroz e com prejuizo de uma grande parte do povo guineense, uma nova arma de opressão — a fome. Não contente com essas medidas, cuja finalidade evidente consiste em quebrar a firme deter-

minação do povo guineense de se libertar do dominio colonial, o governo português prepara-se febrilmente para afogar no sangue toda tentativa de insurreição desse povo.

Recentemente, à margem da repressão policial e armada, a Administração colonial utiliza táticas não violentas: presentes, suborno, visitas a Portugal dos "chefes tradicionais", concessão de bolsas de estudo, emissão radiofonica especial para os "indigenas", criação de dissidências e querrelas entre os diferentes grupos étnicos — tudo com o objectivo de conquistar uma parte da população e de "dividir para reinar".

Desconcertada pela firme determinação do povo guineense de liquidar o dominio português, a Administração colonial, após o malogro de alguns "sucessos" de sondagem referentes à presença portuguesa, prepara-se para eliminar algumas das chefias tradicionais. Pretende exercer uma acção directa e controlar melhor as massas populares, garantindo a submissão destas mediante a concessão de uma autoridade especial a certos traidores africanos. Para garantir o apoio de determinadas potências, o governo português concede grandes facilidades aos capitais não portugueses para a exploração colonial das riquezas naturais (petróleo, bauxite, etc.) e dos valores humanos da Guiné. Por outro lado, o governo português deseja obter a instalação de bases militares da NATO na Guiné e nas Ilhas de Cabo Verde, considerando a possibilidade de reforçar os meios de repressão contra os nossos povos.

NOVOS PLANOS COLONIALISTAS

O governo português está também elaborando um plano para o envio urgente de milhares de famílias de colonos portugueses para a Guiné, pois era que o aumento da população europeia poderá frear o desenvolvimento da nossa luta de libertação.

Nas Ilhas de Cabo Verde, além das medidas repressivas adoptadas pela Administração colonial e pela PIDE, o Governo Português deixou morrer de fome, em 1958-59, cerca de 10.000 pessoas. A população caboverdeiana, que num periodo de seis anos (1942 a 1947) já sofreu uma perda de 30 a 40.000 pessoas dizimadas pela fome, continua à mercê das chamadas "crises agrícolas" e submetida à exportação de milhares dos seus filhos como "trabalhadores contratados" para as plantações portuguesas de outras colônias. O desemprego atingiu limites catastróficos, principalmente em S. Vicente onde centenas de operarios foram despedidos pelas companhias inglesas. Os camponeses que constituem a maioria da população e a totalidade nas ilhas agrícolas de S. Tiago, S. Antão, S. Nicolau e Fogo, vivem à mercê das chuvas enquanto o chamado "plano de desenvolvimento economico" não passa de uma mistificação uma fonte de enriquecimento das autoridades coloniais.

As condições favoráveis à economia do país, como o grande porto de S. Vicente, o aeroporto de Santa Maria, a riqueza dos mares, não são aproveitadas ou são muito mal, e nunca em beneficio das populações locais.

A emigração matice e clandestina para o Senegal constitui uma prova evidente da situação desesperada em que o povo de Cabo Verde é obrigado a viver. Essa situação, tal como na Guiné, tornou-se quase insuportável em face da repressão policial desencadeada pelos colonialistas portugueses para deter a nossa luta libertadora.

(Continua no proximo numero).

Moçambique e o Governo Fascista de Salazar

COMUNICADO

A UNIAO DEMOCRATICA NACIONAL DE MOÇAMBIQUE (UDENAMO) desmente as declarações do governo de Salazar ao mundo inteiro sobre a cooperação do Governo com o povo moçambicano.

A UDENAMO, fundada por Moçambicanos, conhecedores do carácter fascista do governo Português, regeita totalmente tais declarações e denuncia o atrazo, a escravidão e os massacres que o Governo português está cometendo, e dos quais são exemplo:

EDUCAÇÃO: Moçambique possui apenas para 8.000.000 de habitantes, três escolas secundárias; dirigidas pelo clero católico.

ESCRAVATURA: Em Moçambique, o povo negro é ainda vendido para as minas da Africa do Sul e da Rodésia do Sul, ali morrendo aos milhares anualmente. Outros são vendidos dentro de Moçambique, às firmas portuguesas, e de outros países em regime de trabalho compulsorio e sem salario algum.

Nomeadamente às firmas: Imcomate Sugar State; Sena Sugar State; Sompanhia Colonial Buzi; Companhia do Boror; Boror Comercial; Companhias da cultura de sisal; Companhias da cultura de algodão.

O povo Moçambicano, sal aos milhares, mensalmente para o estrangeiro, devido a uma espécie de tortura inventados pelo governo Português, denominada CHIBALO.

Chama-se CHIBALO, o sistema de trabalho-escravidão em Moçambique, na qual o Governo aproveita o povo para a construção das estradas, pontes, linhas férreas, serviços do Cais, Obras Públicas, plantações e vários serviços do Estado com contrato de 12 meses com direito a alimentação mal preparada e única ao meio-dia e salario miseravel.

Os chamados "Indígenas", não têm direito ao julgamento em tribunal. As sentenças são dadas por simples administradores e chefes dos postos administrativos.

Portugal, mandou 20.000 soldados para Moçambique, antes que a UDENAMO entrasse em acção.

A UDENAMO apóia a luta de MPLA e UPA, em Angola, visto não haver outro processo para alcançar a Independência.

A UDENAMO, declara pelo seu vice-presidente, F. G. Mahluza, que não descansará até a derrota de Salazar, e seu Governo fascista, para a libertação do povo Moçambicano, que está sendo oprimido e massacrado há já 456 anos. Jaime Rivaz Sigauke — Secretario do Serv. de Inf.



Este é Vasco Garin, delegado de Salazar na ONU. Em jovem e como atleta amador foi um bom equilibrista no arame, e talvez por essa habilidade, Salazar o tenha encarregado de defender o colonialismo, naquele organismo internacional.

Partido Africano da Independencia da Guiné e Cabo Verde P. A. I. G. C.

COMUNICADO

De acordo com a nossa Proclamação de 3 de Agosto, começou a acção directa contra as forças colonialistas portuguesas.

Comunicamos os seguintes acontecimentos ligados à acção directa na Guiné:

1. A 3 de Agosto, verificou-se em Bissau um recontro entre a policia colonial e um grupo de patriotas que, em manifestação pacifica, comemoravam o aniversario do massacre do cais de Pijiguiti (3 de Agosto de 1959). Deste recontro resultou ficarem feridos dois policiaes coloniais, um deles gravemente. As autoridades efectuaram varias prisões.

2. Na mesma data, e também nos dias posteriores, tiveram lugar alguns actos de sabotagem no interior do país, os quais incidiram principalmente sobre as vias de comunicação. Foram destruidas algumas pontes de madeira, na região central, e os patriotas inutilizaram os fios telefónicos em varias localidades.

3. A 9 de Agosto um grupo de patriotas operando no sul do país foi forçado a enfrentar um grupo de soldados portugueses transportados em 2 jeeps. Apesar da superioridade dos nossos inimigos, os patriotas mataram 2 soldados europeus e um agente africano das forças colonialistas. Estas prenderam um dos nossos camaradas de luta, tendo os outros elementos do grupo de patriotas conseguido recolher à base.

Feito em Conakry, 19 de Agosto de 1961.

O Secretariado Geral do P. A. I. G. C.

Angola 1961: Um registo de fatos

BASIL DAVIDSON

(Conclusão)

A revolta começou a tomar as feições, claramente indetificaveis de um combate de guerrilhas que ultrapassara a fase inicial de experiencia ou mero desejo de vingança. Havia agora informações sobre diversos "bandos armados"; e era evidente que alguns deles, pelo menos, haviam superado suas primeiras tentativas incendiárias, capturado uma determinada quantidade de armas (recebendo, provavelmente, mais algumas do Congo) e aprendido as lições de extrema mobilidade e emboscadas precisas. Começaram a multiplicar-se as incursões repentinas em postos policiaes isolados.

Levante Nacional

Esses grupos também aprendiam a atingir alvos maiores. Em 4 de junho, quatro meses após o ataque à prisão de São Paulo, o "Daily Telegraph" (citando fontes oficiais) informava que milhares de terroristas haviam atacado um aldeia situada a menos de dez milhas do porto de Ambriz, a apenas 87 milhas da capital, pelo litoral. Este ousado ataque foi publicado pela imprensa norte-americana. Em 22 de junho, o mesmo jornal declarou que "os insurretos sitiaram a cidade de Ambriz, apesar das graves perdas sofridas e num ataque realizado ontem... No ataque de ontem, levado a cabo durante o nevoeiro, mais de 300 insurretos penetraram nas ruas de Ambriz enquanto outro grupo assaltava o aeroporto da cidade. A pista do aeroporto foi fechada ao transito".

A maior parte de Angola estava em poder dos rebeldes e varias estradas foram interrompidas. Mas não foi envolvido apenas o norte de Angola. Em 21 de junho, o "Guardian" citava fontes oficiais de Salazar, mostrando como o movimento se espalhara decididamente para o sul, além de Luanda e até além do rio Cuanza, em regiões até então julgadas "tranquillas".

"A cerca de 190 milhas ao sul de Luanda, em Novo Redondo, diz-se que a policia descobriu uma organização terrorista que planejava assassinar todos os brancos e nativos leais às autoridades. Afirma-se que foi efetuado um "grande numero" de detenções. Uma organização semelhante foi descoberta em Porto Alexandre, a 125 milhas ao norte da fronteira do sudeste da Africa, onde 360 de 5.000 operarios estavam envolvidos em uma conspiração antilegalista".

Tais "explicações" da policia não convencem; mas este e outros relatorios eram uma prova evidente de que agora a rebelião tinha apoio não só do norte mas também no sul — na realidade, em toda a região ocidental (a que apresenta o maior indice demografico) deste vasto país.

Este carácter nacional do levante foi confirmado pelo punhado de africanos de Angola que então chegaram a Paris e Londres. Trouxeram provas de que todos os principais povos de Angola estavam agora envolvidos, de uma forma ou de outra, na tentativa de eliminar o domínio português: os Bakongo do norte, os Kimbundu que habitam entre os Bakongo e o rio Cuanza, e os Ovimbundu cujas regiões mais importantes acham-se ao sul do Cuanza e ao longo do trecho ocidental da estrada de ferro de Benguela. E, como veremos, os combates de guerrilhas estendiam-se agora para o sul.

No inicio de agosto, a posição de meados de junho foi confirmada e ampliada. No norte, os portugueses haviam devastado e bombardeado as regiões ribeirinhas de Angola, reduzindo-as ao silencio das ruínas. Havia sido forçado cerca de 130.000 homens, mulheres e crianças infelizes a procurar refugio no Congo — muitos dos quais caminharam durante semanas antes de ali chegarem, apesar de frequentemente queimados ou feridos.

O TERROR FASCISTA

"As provas cumulativas dos missionarios de regresso e dos refugiados africanos sobre as investidas com bombas incendiarias nas aldeias e execuções em massa", comentara o "Sunday Times" em 1.º de julho, "são muito coerentes para que possam ser ignoradas".

Ahures, continuaram as detenções e as matanças gerais. O regime ainda tentava eliminar todo o africano que tivesse um pouco de instrução. O correspondente especial do "Daily Telegraph" confirmou em 25 de julho que:

"Uma perseguição generalizada aos africanos instruidos e semi-instruidos foi levada a cabo impiedosamente, a partir do levante, pela PIDE — a policia secreta portuguesa... Sem ter que dar satisfação a ninguém, ela (a PIDE) pode, e isso acontece com demasiada frequencia, assassinar impunemente".

Mas os bandos armados, atacando as florestas ao norte, e das regiões acidentadas do centro-norte, estavam longe de serem derrotados. Ao contrario, pareciam crescer em numero e segurança. O correspondente do "Times" em Lisboa informava em 18 de julho: "Uma importante operação de limpeza está sendo realizada em Angola na região da colina Nambuanguo... Tropas convergem para essa area sob a protecção da força aérea... O correspondente do "Observer" em Luanda acrescentava em 22 de julho: "O ataque (nesta area) foi iniciado no fim de semana, resultando, no primeiro dia, na morte de 11 soldados e em 12 feridos, ocorridas, aparentemente, por duas emboscadas... Há sinais de que o Alto Comando contará mais uma vez com a força aérea para dominar a area... Entretanto, os bombardeios não são uma medida efetiva contra as guerrilhas determinadas; é apenas uma confirmação de que a infantaria falhou em sua tarefa".

A area de Nambuanguo é habitada pelos Bakongo. Mas, continuava o artigo do "Times" de Londres de 18 de julho, "uma coluna militar também deixou Luanda para proteger os colhedores de algodão nas plantações de Icoló-Bengo, perto do rio Bengo. Diversas fazendas e propriedades nesta região foram atacadas; e a area de Icoló-Bengo acha-se a leste de Luanda no centro das terras dos

PORTUGAL DEMOCRATICO

Kimbundu. Assim, o plano de resistencia segue o mesmo caminho que foi trilhado na Europa ocupada pelos nazistas: os portugueses gabam-se de "limpar" seus oponentes numa area, apenas para verificar que a resistencia irrompe alhures.

CONCLUSÕES

O moral dos portugueses começa a declinar. Em Angola, fala-se livremente em ter que lutar por "dois ou três anos". Há murmurios relativos a sabotagem, a uma recusa em levar avante os planos militares que poderiam acarretar consequências graves, à ineficiencia brutal nas esferas superiores. "Portugal está perdendo a guerra em Angola", manifestou claramente o correspondente do "Observer" em Luanda, em 22 de julho: "Oito semanas após o inicio da estação das secas" — proclamada por Lisboa como a época em que seria sufocada a revolta — "seu exercito ainda não realizara qualquer coisa que pudesse ser considerada como uma ofensiva contra os rebeldes, exceto nos comunicados do Alto Comando". O que era confirmado pelo "Daily Telegraph" de 25 de julho:

"A possibilidade de sufocar a revolta antes da estação das chuvas ainda parece remota, e até agora o exercito manifesta uma sensível relutancia em penetrar nas densas florestas e atracar-se com o inimigo".

Também é evidente que esta guerra colonial, selvagem mas vã, está provocando graves tensões na propria ditadura de Portugal. "A propaganda subversiva protesta contra o envio de tropas para Angola, segundo o Ministerio de Informações"; o "Times", por exemplo, informou de Lisboa, em 18 de julho: "Uma declaração ministerial afirma que, durante recentes embarques de tropas, as mulheres presentes no cais gritavam sua dor e revolta...". A ditadura já está parecendo muito mais duramente atingida do que ela propria ousa admitir. A luta pela liberdade de Angola está ligada, de maneira direta e cada vez mais íntima, com a causa da liberdade em Portugal.

Mesmo assim, Salazar e seu regime levaram a melhor nas disputas na Grã-Bretanha e na Europa Ocidental. Não pode haver dúvidas reais de que Portugal usou e está usando armamentos da NATO em Angola. Privados desses fornecimentos da NATO, os portugueses jamais poderiam ter desdobrado a aviação, as armas e as técnicas destrutivas que empregaram e ainda empregam contra os homens, mulheres e crianças africanos. Somente a Noruega, entre as potencias da NATO, se recusou a vender armas a Portugal: porque, como o ministro das Relações Exteriores, Lange, declarou em 21 de junho, "a Noruega considera um embaraço para toda a aliança ocidental que um país membro procure reter suas colonias pela força".

O governo de Macmillan prodigalizou testemunhos especiais de simpatia e amizade a Salazar. Fez apenas uma concessão irrisoria a seus criticos. Embora se recuse a proibir a venda de armas a Portugal, declarou que essas armas não devem ser enviadas a Angola. A proibição, evidentemente, é inútil.

Vem agora a prova crucial. Salazar defronta-se com um desafio em Angola (e talvez brevemente em Moçambique) ao qual não está conseguindo contestar com os recursos de que dispõe atualmente. Não está vencendo sua guerra colonial. Seu regime enfraqueceu-se mesmo em Portugal. Pedirá, portanto, em altos brados, mais auxilio, mais armas, mais munições, mais bombas, mais provas de amizade. Ser-lhe-á permitido obter esse auxilio? Continuará ele a fugir da benevolencia oficial britânica e de tudo o que dela decorre?

Uma vez que consigam sua liberdade, os povos de Angola e Moçambique (e certamente também o de Portugal) precisarão do auxilio ativo do mundo exterior de diversas maneiras. Enfrentarão arduos problemas de transição. Até que isso aconteça, a questão cuja resposta devemos procurar e depois agir de acordo com ela é, certamente, muito simples. Por quanto tempo ainda permitiremos que nosso bom nome seja arrastado pelas prisões de Portugal e pelo sangue e a miséria de Angola? Por quanto tempo ainda?

Este boletim, separado do numero de outubro de PORTUGAL DEMOCRÁTICO é uma iniciativa do "Centro Republicano Português", do "Comitê dos Intelectuais pró Liberdade de Expressão em Portugal" e deste jornal.

exposição de artes plásticas

GALERIA PRESTES MAIA - 1 A 15 DE SETEMBRO



SEMANA CONTINENTAL DE SOLIDARIEDADE AOS PRESOS POLÍTICOS IBERICOS

Esta exposição será realizada de 1 a 15 de dezembro

Conferencia dos Pais da Europa Ocidental Para a Anistia aos Presos e Exilados Politicos de Portugal (EM ORGANIZAÇÃO)



Cartas de Clovis Graciano para a Conferência da Anistia em Portugal.

DELEGAÇÃO DOS PORTUGUESES EXILADOS NO BRASIL

BOLETIM Nº 5 - OUTUBRO DE 1961

CORTE E SOBREPONHA

Semana Continental de Solidariedade

Em nossa última edição anunciamos a realização em Setembro da SEMANA PRÓ ANISTIA NA ESPANHA E PORTUGAL. Em virtude de crise política brasileira e de acordo com a Comissão Executiva do Conselho Ibero-Americano — entidade que dirige o Movimento em todo o Continente — foi transferida para o mes em curso, de 16 a 23, a celebração da SEMANA CONTINENTAL DE SOLIDARIEDADE AOS PRESOS E EXILADOS POLITICOS DE ESPANHA E PORTUGAL.

Renovamos o apelo aos portugueses democratas, a todos os patriotas, para darem o mais entusiástico apoio aos atos comemorativos da Semana que, uma vez mais e sob formas as mais amplas e expressivas, levarão aos nossos compatriotas presos e irmãos de Espanha a calorosa e activa solidariedade dos homens livres da América.

Não esqueçamos: "Essa solidariedade activa é uma forma de encorajar os que lutam no nosso País para que seja dada não só a anistia aos presos mas também a liberdade ao nosso Povo. É, ainda, uma forma de preservar a vida dos que sofrem a prisão politica, dando-lhes a certeza de que não se encontram sozinhos e de que a sua causa não está perdida."

PROGRAMA E ACTIVIDADE DA SEMANA

ATO DE HOMENAGEM A GARCIA LORCA
Deverá realizar-se no dia 16 de Outubro na Faculdade de Direito, Largo São Francisco, sob o patrocínio da União Brasileira de Escritores. Tomarão parte destacados intelectuais brasileiros, portugueses e espanhóis.

EXPOSIÇÃO DE ARTES PLASTICAS

Nesta exposição participarão inúmeros artistas brasileiros, de São Paulo, Rio de Janeiro e Rio Grande do Sul, que colaboram nesta campanha de solidariedade, e que constará de mais de cem obras representativas de todas as correntes artisticas.

Oportunamente a Comissão comunicará através dos jornais diários e por convites especiais o local onde vai ser inaugurada esta Exposição. Não obstante, podemos adiantar que, do dia 1 a 15 de Dezembro, estará aberta na Galeria Prestes Maia.

OUTRAS ACTIVIDADES COMEMORATIVAS DA SEMANA

Estão se organizando diversos atos publicas,

conferências, palestras, festivais etc. pelo menos em 20 Bairros dos mais importantes de São Paulo, destinados a divulgar esta humanitária campanha pró Anistia e reclamar dos Governos de Espanha e Portugal o respeito aos Direitos do Homem.

ATO DE ENCERRAMENTO

Sob a presidência do Embaixador Alvaro Lins e com a participação de um deputado paulista — dos que assistiram à Conferência Interparlamentar Latino Americana Pró Anistia — assim como de um representante de cada uma das coletividades portuguesa e espanhola, que apresentarão um relatório sobre a situação dos presos politicos e os desumanos métodos repressivos, realizar-se-á no dia 23, pelas 20 horas, no Palácio Mauá (Viaduto Dona Paulina, 80), o ato de encerramento da Semana.

SELO COMEMORATIVO

A Comissão Coordenadora editou um selo comemorativo que está sendo amplamente difundido e cuja venda revertirá em favor do Movimento e como ajuda aos presos politicos de Espanha e Portugal e suas familias.

NO RIO DE JANEIRO E PORTO ALEGRE

As Comissões Pró Anistia daquelas cidades estão programando, toda uma série de actividades que serão realizadas durante a Semana Continental, cujos objectivos humanos e fraternais despertaram o interesse entusiasta da opinião pública carioca e rio-grandense.

Um exemplo

Infatigável na luta contra o fascismo salazarista sob todas as formas de que ele se reveste, e vigilante, sempre, para desmascará-lo e apontá-lo à opinião pública do país o "Comitê Pro Democracy in Portugal", de New Jersey, EUA, está, também, na vanguarda do movimento de solidariedade aquéles que, em Portugal, dão tudo, até a própria vida, para derrubar o hediondo regime fascista que há mais de trinta anos, massacrava o Povo de Portugal.

Registramos, com profunda gratidão, mais uma prova de solidariedade que acaba de ser dada por esse grupo de democratas de New Jersey, aos nossos irmãos de luta, nos carcereiros e campos de concentração, enviando-nos DEZ DOLARES como contribuição para as despesas indispensáveis à realização, ainda este ano possivelmente, de uma Conferência da Europa Ocidental a favor de uma Anistia aos Presos e Exilados Politicos de Portugal.

Pedimos ao digno Secretário Geral desse Comitê, sr. Eduardo Covas, o favor de transmitir a todos a nossa gratidão.

Pela Patria

I — OS PARLAMENTARES LATINOAMERICANOS E A ANISTIA PARA OS PRESOS E EXILADOS POLITICOS DE ESPANHA E PORTUGAL.

II — MENSAGEM À ONU DA REUNIÃO INTERPARLAMENTAR

III — MENSAGEM DA CONFERÊNCIA DE PARLAMENTARES DA AMÉRICA AOS PRESOS DE ESPANHA E PORTUGAL

IV — MENSAGEM DOS LEGISLADORES LATINOAMERICANOS À ASSEMBLEIA DA UNIÃO INTERPARLAMENTAR MUNDIAL — Bruxelas — Bélgica.

TEXTOS

Estes são os textos na integra, das Mensagens e Resoluções, acima referidas, aprovadas pela Conferência Interparlamentar Latino Americana:

OS PARLAMENTARES LATINOAMERICANOS E A ANISTIA PARA OS PRESOS E EXILADOS POLITICOS DE ESPANHA E PORTUGAL

Os parlamentares latinoamericanos, reunidos em Santiago do Chile em 18, 19 e 20 de Agosto de 1961, para analisar a situação dos presos e exilados politicos de Espanha e Portugal, consideram:

1.º — Que sendo contrário a todo o sentimento humanitário a perseguição, opiniões politicas, é inaceitável que após 22 anos de finalizada a guerra civil continuem ainda nos predios espanhóis centenas de pessoas presas por actos que tiveram origem na guerra ou pelo simples facto de divergir do regime existente;

2.º — Que situação análoga existe em Portugal, onde há mais de um quarto de século, milhares de cidadãos estão encarcerados ou segregados da vida nacional por razão da sua actual politica contrária aos que estão no poder;

3.º — Que é violatório dos principios da Declaração Universal dos Direitos do Homem, a perseguição e julgamento por tribunais especiais aplicando processos sumários próprios dos conselhos de guerra, nos cidadãos que são acusados de rebelião militar por simples manifestações de pensamento, por actuar em movimentos rei-

vindicativos da classe operária, ou só pelo facto de aspirar a que na Península Ibérica existam estados de direito;

4.º — Que é igualmente violatório dos principios das Nações Unidas, organização da qual fazem parte Espanha e Portugal, a existência de dezenas de milhares de exilados que não podem voltar a suas pátrias por proibição expressa dos governos ou por temor a represálias de seus postos delictivos, que poriam em perigo sua liberdade e até a sua própria vida; e

5.º — Que é indispensável, para que Espanha e Portugal recuperem sua normalidade politica, uma ampla anistia que devolva a liberdade aos presos politicos e permita a regresso a suas pátrias dos exilados de ambos os países.

Em consequência a Reunião Inter-Parlamentar Latinoamericana resolve:

PRIMEIRO: — Pedir a todos os parlamentares que denunciam nas suas respectivas Câmaras a violação dos direitos humanos em Espanha e Portugal e solicitem que os parlamentares latinoamericanos expressem ante as Nações Unidas os governos de ambos os países a necessidade de outorgar uma imediata e ampla anistia.

SEGUNDO: — Solicitar, também, aos parlamentares, que procurem obter junto dos organismos que integram — dentro das possibilidades de cada país — resoluções demandando seus respectivos poderes executivos que instruem a seus representantes nas Nações Unidas para que apresentem na Assembléia Geral a reclamação a Espanha e Portugal a fim de que cumpram os principios da Declaração Universal dos Direitos do Homem.

TERCEIRO: — Recomendar aos parlamentares que façam intervenções nas respectivas Câmaras, no momento em que se verificar, na próxima reunião da Assembléia Geral das Nações Unidas, a apresentação das resoluções acima.

QUARTO: — Solicitar da opinião pública, das entidades de trabalhadores e de todas as organizações profissionais, de empregados, culturais, estudantis, camponesas e politicas latinoamericanas que apoiem calorosamente os trabalhos de seus legisladores em defesa do alto compromisso por eles assumido de propugnar a anistia para os presos e exilados politicos de Espanha e Portugal; e

QUINTO: — Dirigir-se à Reunião Regional da União Interparlamentar, que se efectuará em Santiago do Chile em Outubro próximo, transcrevendo o presente documento.

Conferência Interparlamentar Latino Americana

Sob os acordes do hino nacional chileno, inaugurou-se a 18 de Agosto, no Salão Nobre da Universidade do Chile, mais uma importante conferência internacional que teve como única finalidade analisar a situação dos presos e exilados políticos de Espanha e Portugal e impulsionar, por todos os meios, a reclamação, já hoje universal, de "liberdade para todos os presos políticos da Península".

Os representantes legítimos dos povos latino-americanos reuniram-se em Santiago do Chile, para denunciarem, a violação dos direitos humanos na península ibérica, tomarem resoluções pertinentes e assumirem compromissos do mais alto significado para a sorte dos presos e exilados políticos espanhóis e portugueses.

A ORGANIZAÇÃO DA CONFERÊNCIA

A organização deste encontro de parlamentares latino-americanos esteve a cargo de um Comité integrado pelas seguintes personalidades, representativas de todos os partidos políticos do Chile:

PRESIDENTE — Senador Luis Bossay Leiva (Partido Radical).

VICE-PRESIDENTES — Senador Luis Quinteleros Trocot (Partido Socialista), Senador Baltazar Castro (Vanguarda Nacional do Povo) — Deputado Rafael A. Comucio (Partido Democrata Cristiano) — Deputado Jorge Aravena (Partido Democrático Nacional) — Deputado Carlos Kossales (Partido Comunista).

SECRETARIA GERAL — Alejandro Ríos Valdivia, ex-Ministro da Educação (Partido Radical).

VOGAIS — Deputado Manuel Magalhães (Partido Radical); Deputado Clodomiro Añez (Partido Socialista); Deputado Alberto Jerez (Partido Democrata Cristiano); Deputado Jorge Lavanderos (Partido Democrático Nacional); Deputado Juan Acevedo (Partido Comunista); Deputado Armando Halzapfel (Partido Radical).

PARTICIPANTES DA CONFERÊNCIA — Em representação da ARGENTINA participaram os deputados nacionais Srs. Eduardo Rosenkrantz, José Murias, Alfredo E. Carralinho, Attilio E. Marchini, Rosaria Domingos Diaz, Agustín Cuevas, Juan C. Espina, Néida Bugarín e os membros do Movimento Nacional Luis A. Panigo, Albino Rey, María Teresa Baigorria e Abraham Shafetky.

Representando o Parlamento do URUGUAY,

estiveram presentes o Senador don Alfredo Lepra, os deputados Srs. Luis Hierro Gambardella (Presidente da Mesa Executiva do Movimento), Enrique Rodríguez, José Giosa, Glauco Segovia, Nelson Arredondo e os vereadores Srs. Antonio Spallo e Juan Adolfo Singer.

O Parlamento do PERU, fez-se representar oficialmente pelo Vice-Presidente do Senado, Sr. Victor Arévalo, pelo Senador Antenor Fernández Soler e pelo Deputado Sr. Carlos Malpica.

A VENEZUELA fez-se representar pelo Senador José Manuel Siso Martínez e o BRASIL pelos Deputados Germinal Feijó, Rocha Mendes, Santilli Sobrinho e pela secretária geral do Movimento Dra. Dolores M. Vassão.

ADESÕES E INTERVENÇÕES

Além destes participantes directos haviam aderido e feito solenes declarações nas respectivas Câmaras, representantes de todas as correntes de opinião com mandato popular nos Parlamentos Latino-Americanos.

Foi, portanto, a voz dos 21 povos latino-americanos que se fez ouvir quando falaram pelo Chile, os Srs. Alfonso Jerquero e Senador don Luis Bossay Leiva, pelo Perú o Senador Victor Arévalo, pelo Brasil o Deputado Germinal Feijó, pela Venezuela o Senador José Manuel Siso Martínez, pela Argentina o Deputado Eduardo Rosenkrantz e pelo Uruguay o Deputado Luis Hierro Gambardella.

Outra voz, angustiada mas viril, ecoou no Salão Nobre da Universidade do Chile: O apelo dos presos políticos portugueses encarcerados na Fortaleza de Caxias (publicado em nossa última edição) foi lido ao plenário pelo representante do Brasil, Dr. Germinal Feijó.

O apelo dos nossos compatriotas presos em Caxias foi ouvido. A prova está nas resoluções aprovadas no ato de encerramento da Conferência Interparlamentar que teve lugar no magnífico Teatro Municipal do Chile em 20 de Agosto de 1961.

MENSAGENS E RESOLUÇÕES APROVADAS PELA CONFERÊNCIA INTERPARLAMENTAR

Subscritas pela Mesa que presidiu à Conferência, constituída pelo Senador Luis Bossay Leiva (Chile), Deputado José Murias (Argentina), Deputado Germinal Feijó (Brasil), Deputado Luis Hierro Gambardella (Uruguay), Manuel Siso Martínez (Venezuela) e secretariada pelos Srs. Alejandro Ríos Valdivia (Chile), Deputado Eduardo Rosenkrantz (Argentina), Deputado Carlos Malpica (Peru), e Deputado Glauco Segovia (Uruguay), foram aprovadas por unanimidade as seguintes Mensagens e Resoluções:

Justiça Salazarista

TRIBUNAL PLENARIO DE LISBOA

Sob a presidência do sr. desembargador Silva Caldeira, reuniu-se em Maio último, o Plenário Criminal da Boa Hora, para julgar os srs. António Joaquim Gervásio, de 33 anos, trabalhador, natural da freguesia de S. Mateus (Montemor-o-Novo) e Joaquim Augusto dos Santos, de 26, jornalista, do lugar do Couce (Coruche) acusados de terem desenvolvido actividades subversivas.

Após o interrogatório do primeiro, pois o segundo respondeu à revelia, depuseram as testemunhas de acusação e de defesa. O patrono dos incriminados, sr. dr. António de Sousa, apresentou uma série de circunstâncias que o tribunal considerou em parte. Assim, o primeiro foi condenado em 3 anos e meio de prisão maior, perda de direitos políticos por 15 anos, mil escudos de imposto de justiça e medidas de segurança de seis meses a três anos. O segundo foi absolvido.

Sob a presidência, como habitualmente, do desembargador dr. Silva Caldeira, reuniu-se no mês de Julho findo, o Plenário Criminal da Boa Hora para julgar a sra. D. Maria Albertina Ferreira Diogo, de 29 anos, natural do Porto, a qual, segundo o processo, desde 1955, deixando a profissão de corticeira, passou a viver na clandestinidade, atuando num partido à margem da lei, recebendo e distribuindo impressos d'este.

O despacho de pronúncia afirmava ainda que a incriminada, para manter a clandestinidade, usava o falso nome de Maria da Conceição Costa Famos para efeito de aluguer das casas onde residia. Para a assinatura dos contratos de arrendamento, dirigiu-se ao L.º Cartório Notarial de Lisboa, onde abriu sinal com aquele nome. Na audiência depuseram dois declarantes, seis testemunhas de acusação e oito de defesa. O seu patrono era o dr. Arlindo Vicente. O Collectivo condenou a sra. D. Maria Albertina Ferreira Diogo em 2 anos e 8 meses de prisão maior, perda de direitos políticos por quinze anos, medidas de segurança de seis meses a 1.º ano, prorrogáveis, e no pagamento de 1.000\$00 de imposto de justiça.

TRIBUNAL PLENARIO DO PORTO

PORTO, — Como noticiámos, realizou-se no mês de Julho último no Tribunal Plenário do Porto, o julgamento do sr. Francisco António Pinheiro, de 30 anos, solteiro, sapateiro, residente em Vale das Fontes, em Vinhais.

Presidiu o desembargador dr. Júlio Coelho, constituindo o tribunal mais os srs. corregedores drs. Mário Valente Leal e Azevedo Soares, representando o procurador da República o sr. dr. Abel de Campos.

Na defesa, o sr. dr. Constante Pereira. Inquirido o acusado e lidas as declarações das testemunhas depoentes, que aquêle afirmou tratar-se de pessoas suas "inimigas" e não havendo outras para depor, foi lida a sentença, que condenou o sr. Francisco António Pinheiro a dois meses de prisão, igual tempo de multa a 10 esc. por dia, 500 escudos de imposto de justiça e perda de direitos políticos por cinco anos.

Foi tomado em conta o tempo de prisão sofrido.

DETIDOS EM ANGOLA QUATRO MISSIONARIOS DA IGREJA METODISTA

NOVA IORQUE, 9 (Ansa) — O escritório central das missões metodistas com sede em Nova Iorque, informou que quatro missionários foram detidos em Angola pela polícia portuguesa. Não se sabe quais as acusações movidas contra os missionários, mas como se recorda, o governo português foi recentemente criticado pelos protestantes, por sua política de repressão em Angola.

PRESO EM LISBOA UM LIDER DA OPOSIÇÃO AO REGIME DE SALAZAR

LISBOA, Setembro. — Ramos da Costa, conhecido economista e membro da oposição, foi detido em Lisboa. Ramos da Costa é um dos 60 signatários do "Programa Para a Democratização da República". Inúmeras outras pessoas que aprovaram o programa foram interrogadas pela polícia e em seguida postos em liberdade. Entretanto, ainda continuam detidos os advogados Gouveia, Eduardo Figueiredo, Mario Soares, Abrão Ferrião, Homem de Figueiredo e Pieteira dos Santos.

MENSAGEM A ONU DA REUNIÃO INTERPARLAMENTAR

Durante os dias 18, 19 e 20 de Agosto, Santiago do Chile foi a sede de uma Conferência Internacional cujo conteúdo e objectivos consideramos devem ser levados ao conhecimento da Assembleia Geral da Organização das Nações Unidas.

Nela participaram e deliberam ampla e livremente parlamentares de diversos países latino-americanos, pertencentes a partidos políticos de variados ideologias.

Qual foi o objecto dessas deliberações? Em primeiro lugar, analisar à luz das realidades documentadas e dos princípios jurídicos e políticos que regulam a vida da comunidade ibero-americana, a situação actual de dezenas de milhares de homens dignos que, em Espanha e Portugal, na prisão ou no desterro sofrem uma das mais pertinazes perseguições políticas de nosso século.

É natural que esse drama, que no decorrer do tempo se renova incessantemente, haja comovido e continue a comover profundamente a consciência americana. Profundos e velhos vínculos nos unem aos povos de Península Ibérica; são esses vínculos que determinaram um fraterno movimento de solidariedade continental orientado a sentido de conseguir uma ampla anistia para todos os presos e exilados políticos de Espanha e Portugal.

Na força da opinião pública radica-se um dos princípios imprescindíveis da pacífica convivência internacional. A integrar e canalizar a opinião pública dentro deste generoso movimento, empenharam seus esforços em representantes mais ilustres da intelectualidade da Espanha e Portugal e os homens que neste continente têm activa e destacada participação na vida cultural, política e social.

E o fazem tendo presente todas as circunstâncias dolorosas que marcam a longa luta dos povos ibéricos para conquistar uma forma de convivência, sem os horrores do odio e da discriminação aplicados como sistemas políticos que permitam a existência de centenas de cidadãos cumprindo longas condenações ditadas por tribunais militares, ou presos sem culpa formada, julgados por supostos delitos políticos que, mesmo sendo provados, deveriam ser de competência dos tribunais ordinários, ou como sucede na Espanha com o Decreto de 21 de Setembro de 1960, que considera com acto de rebelião militar a actuação cívica e facultada aos tribunais especiais castigá-los até com a pena de morte, ou como ocorre em Portugal noutro plano com decreto similar de 1.º de Março de 1956.

Tudo este material de informação foi objecto de cuidadosa análise na Conferência de Parlamentares Latinoamericanos. A intervenção dos mesmos é, portanto, natural e espontânea e podemos dizer, como ponto culminante do movimento continental de solidariedade a que nos referimos anteriormente. Da mesma maneira, cremos estar cumprindo um dever chamando a atenção da Organização das Nações Unidas sobre este problema.

Nada mais lógico e mais justo que sejam os representantes dos povos americanos a exigirem dos representantes das Nações do mundo na Organização Internacional considerem o drama da Espanha e Portugal.

Não é esta a primeira vez que ressoam, no âmbito das Nações Unidas, vozes solidárias com o sofrimento daqueles homens e com a luta que no mundo se iniciou para devolver-lhes o gozo de seus direitos calçados. Há abundante documentação sobre o problema, que deixamos de mencionar para não excedermos os limites de brevidade impostos a esta mensagem. Sobram os fundamentos jurídicos e políticos para que se produza essa intervenção, que ponha fim ao longo martírio. Basta apenas invocar nesse sentido as disposições da Carta que garante o exercício dos direitos humanos no mundo, Carta que a Espanha e Portugal assinaram e direitos humanos que vêm violando.

Para que termine de uma vez esse longo e doloroso período; para que os presos políticos voltem a conhecer o gozo da liberdade; para que os exilados voltem à sua terra; para abrir um caminho de esperança na vida política dos povos da Península, é que se reuniram os parlamentares da América Latina e decidiram reclamar a devida intervenção desse Organismo Internacional, do qual fazem parte todos os seus respectivos países.

O fazem, com a fé e a convicção de que relem a compreensão e a cordura necessárias para determinar essa intervenção e de que com a finalidade do estado actual de injustificada tolerância com esse crime contra a humanidade.

MENSAGEM DA REUNIÃO DE PARLAMENTARES DA AMÉRICA AOS PRESOS DE ESPANHA E PORTUGAL

Nós, legisladores da América Latina, reunidos em Agosto de 1961 em Santiago do Chile com a única finalidade de impulsionar por todos os meios ao nosso alcance a anistia para os presos políticos de Espanha e Portugal, dirigimo-nos em primeiro lugar a quantos padecem nos cárceres injusta prisão, para dizer-lhes, apesar da distância, que nosso coração está com eles e que não desancaremos até que respaldada em suas vidas o sol da liberdade.

Sabei, pois, presos políticos de todas as prisões da Península Ibérica, que não estais esquecidos na vossa grande angústia, que neste lado do oceano muita gente conhece a vossa tragédia e se põe em movimento para contribuir para o seu fim.

Fique claro que não actuamos movidos só por um sentimento individual. Empenhamo-nos nesta nobre tarefa como mandatários e interpostos do profundo querer de todos os povos da América Latina, cujo sentido natural de justiça, solidariedade humana e amor à liberdade se sente ferido e ultrajado ante esse calvário colectivo que em muitos casos se prolonga por mais de vinte anos.

Unidos como estamos por indestrutíveis laços de origem, de língua, de tantos outros valores profundos, nós legisladores e os povos da América que falam espanhol e português, comprometemo-nos a pedir, no idioma de Cervantes e Camões "liberdade para todos os presos políticos de Península".

E a pedimos directamente aos governos de Madrid e Lisboa, ao mesmo tempo que nos dirigimos às Nações Unidas para que sua voz se em que se abram as portas dos calabouços, para que todos vos possais sair a caminhar pelas ruas e os exilados regressar ao solo pátrio.

Cada um dos participantes desta Reunião de Parlamentares compromete-se solenemente a apresentar a esta nobre e inadiável demanda. Creemos que estas medidas abreviarão o momento sentar, no seio de suas respectivas Câmaras Legislativas a necessidade da aderir a esta poderosa e majoritária expressão de consciência continental que clama pela vossa liberdade. Tal objectivo será levado, também, à Conferência Interparlamentar Mundial que se celebrará em Bruxelas, em Setembro próximo, e à Reunião de Parlamentares Latinoamericanos que terá lugar neste mesmo capital do Chile, em Outubro.

Temos lido com a alma dolorida numerosas cartas enviadas por vós, presos políticos de Espanha e Portugal. Aceitai esta mensagem como resposta que, dita por boca de parlamentares da América Latina, sai do coração de 21 povos, de todas as nossas nações.

Nós, Parlamentares da América Latina, unidos a todo o povo, nos esforçaremos ao máximo de nossas forças para ajudar-vos — como pede vossa poeta encarcerado — a criar a chave que abrirá o ferrolho que vos mantém prisioneiros. A liberdade virá pela luta e esperança de todos os que amem o homem. E estamos certos de que esta luta e esta esperança triunfarão.

MENSAGEM DOS LEGISLADORES LATINO-AMERICANOS A ASSEMBLEIA DA UNIÃO INTERPARLAMENTAR MUNDIAL — BRUXELAS — BELGICA

A Reunião Interparlamentar Latinoamericana pró Anistia dos Presos e Exilados Políticos da Espanha e Portugal, que se realizou em Santiago do Chile, nos dias 18, 19 e 20 de Agosto de 1961, resolve dirigir-se à Conferência Interparlamentar Mundial que se celebrará em Bruxelas no mês de Setembro, para pedir-lhe que a mesa incorpore às suas deliberações o estudo e pronunciamento sobre a necessidade de uma ampla anistia aos presos e exilados políticos da Península Ibérica.

Parlamentares de diversos países latino-americanos e de diferentes ideologias reuniram-se em Santiago do Chile para tratar unicamente deste problema, que nos aflige e nos toca mais directamente em razão dos laços históricos, da comunidade de sangue e de língua que nos unem de forma indissolúvel ao destino dos povos da Espanha e Portugal.

Animados por este mesmo espírito, nós dirigimos agora a esta Conferência Interparlamentar, que, no nosso parecer, não pode permanecer impassível ante uma tragédia que em muitos casos se prolonga já por vinte e dois anos.

Além da vocação de liberdade, nos guia também em nossa pretensão o propósito de velar pela observância dos direitos humanos, inscritos na Carta das Nações Unidas. Homens e mulheres combatentes de uma guerra civil que envolveu os espanhóis, pela razão única de pertencer ao lado perdedor, passaram virtualmente toda a vida no cárcere, destruindo, além do mais, por esse mesmo facto, quase a título de perpetuidade, e vida normal de milhares de lares espanhóis.

Legiões de peninsulares viram-se obrigados a expatriar-se sem que possam reintegrar-se no seu país de origem.

Tudo isto representa um drama contemporâneo que dura demasiado e frente ao qual a consciência do mundo, do direito e a voz do legislador não podem permanecer silenciosas por mais tempo.

Esta Reunião Interparlamentar Latinoamericana pede a seus colegas de todo o mundo reunidos em Bruxelas que apoiem e propaguem a nossa petição profundamente humana e justa, que seguramente interpreta também o pensamento de muitos parlamentares ali reunidos, e adotem nessa Assembleia uma resolução que contribua para alcançar o mais rápido possível a anistia para os presos e exilados políticos da Espanha e Portugal.

PORTUGAL DEMOCRATICO

Portugal na Imprensa Internacional

NOTÍCIAS DE LONDRES
Setembro de 1961.

A GUERRA EM ANGOLA NA IMPRENSA BRITÂNICA

Os acontecimentos de Angola têm trazido a imprensa britânica vivamente interessada. E se bem que a censura hermética do governo de Salazar continuou a impedir a difusão de notícias obtidas in loco, não obstante as repetidas tentativas dos jornalistas que procuram romper o bloqueio oficial, raro é o dia em que os jornais britânicos não publicam relatos impressionantes e comentários acerbos sobre a repressão e as atrocidades praticadas pelas tropas do fascismo e pelos colonialistas portugueses.

SELVAJARIA! — é o título sensacional com que Donald Wise inicia uma reportagem dramática no Daily Mirror, onde se descrevem episódios de uma crueldade que brada aos céus, sobretudo quando o jornalista registra que eram brancos portugueses e cristão os autores da carnagem.

Os escravos de Angola — é outro título de um longo artigo publicado no Daily Mail, onde o jornalista afirma "ter visto 500 homens comprados ao preço de menos de um penny cada um por 1 dia".

As acusações de "massacres", "carnificinas por atacado", "genocídio", "assassinios em massa", "terrorismo exterminador", repetem-se constantemente em quase todos os jornais, sem distinção de cor política. E para quem, como eu, teve o cuidado de colecionar os recortes referentes a Portugal e aos acontecimentos de Angola, o panorama de conjunto que se desenrola, após a leitura deste súdário, só desperta sentimentos de repulsa, mágoa, vergonha e desespero, sobretudo quando se pensa que toda esta hecatombe se deve à loucura cínica, fria e implacável de um ditador paranóico, cuja política insensata e suicida foi capaz de conduzir um povo inteiro, possuidor de tradições heróicas de liberalismo e independência, aos desmandos imperdoáveis de uma história colérica.

Entre os jornais que mais se destacam pela objetividade e interesse dos seus comentários, não se pode deixar de mencionar "The Observer", cujas reportagens têm despertado uma viva emoção na opinião pública britânica. Segundo relatam este e outros jornais, o número de mortos entre os africanos, deve exceder 50 mil, e o número de refugiados angolanos, no Congo, atinge já 125 mil. As numerosas comissões formadas para a recolha de fundos para estes refugiados têm estado a desenvolver uma atividade prodigiosa. E milhares de libras foram já recolhidas e enviadas à Cruz Vermelha e outras organizações interessadas em auxiliar os angolanos.

A propósito dos relatos e comentários do "Observer", não podemos deixar de salientarmos o longo artigo publicado a 22 de Julho sob o título "Portugal está a perder a guerra em Angola" — "Ergue-se a ameaça da bancarrota".

Nos primeiros três parágrafos deste artigo enviado pelo correspondente do jornal em Luanda, lê-se o seguinte:

"Portugal está a perder a guerra em Angola. Oito semanas após o começo da estação seca — e um mês, apenas antes que voltem as chuvas outra vez — o seu Exército não conseguiu lançar nada que se possa chamar uma ofensiva contra os rebeldes, excepto nos comunicados do Alto Comando.

"A cultura vital do café, 80 por cento da qual se encontra na área dominada pelos rebeldes, está destruída — e os cultivadores dizem que podem dar-se por felizes se conseguirem uma terça parte.

"Na opinião de observadores estrangeiros independentes, o que se está a gastar atualmente com a defesa, e o prejuízo causado na economia, a continuarem neste

rítmo, levarão certamente Angola — e Portugal — à bancarrota, dentro de dois anos".

NO PARLAMENTO

A Oposição Trabalhista e Liberal não têm deixado perder as oportunidades que se lhes oferecem, para atacar e censurar o Governo Britânico pela sua política de apatia, se não de aprovação e apoio ao Governo fascista de Salazar, sobretudo desde que surgiu a crise de Angola.

A viagem da fragata "Leopard", que foi em visita de cortesia a Angola, provocou um grande debate no parlamento, quando os deputados trabalhistas reclamaram que a visita fosse cancelada, alegando que um país como Portugal, que acabava de ser condenado quase por unanimidade nas Nações Unidas, não merecia ser alvo das atenções da Marinha de Sua Majestade Britânica.

A visita de Lord Home a Lisboa foi outra oportunidade que a Oposição teve para se levantar contra os Conservadores.

O Governo, porém, não se deu por vencido e explicou que nem todas as visitas significavam apoio ou solidariedade com o Governo visitado. E de fato, pelos relatos que vieram a público nos jornais, soube-se que Lord Home "falara duro" ao Ministro dos Estrangeiros de Portugal. Segundo a versão oficial, "Portugal fora avisado de que, se continuasse com a política que estava a seguir atualmente em Angola, seria impossível a Grã-Bretanha dar-lhe qualquer espécie de apoio nas Nações Unidas."

Finalmente, a 5 do mês passado e exigido pelos Trabalhistas teve lugar um memorável debate sobre a situação em Angola. Foi nesse debate que o Sr. Gaitskell, líder da Oposição, pronunciou, no dizer do "Guardian", uma das mais notáveis peças de oratória de toda a sua carreira parlamentar. Segundo a opinião do mesmo jornal, que é um dos órgãos de maior prestígio na imprensa britânica, raras vezes os representantes do Governo se encontraram em condições mais difíceis na defesa parlamentar de uma posição indefensável. E as únicas desculpas que puderam apresentar, foram resumidas em frases como estas: "A nossa política colonial é bastante diferente da que seguem os portugueses". "Deploramos a perda de vidas e esperamos que a lei e a ordem seja restauradas".

No mesmo relato se diz que Sir Winston Churchill assistiu ao debate. A sua posição de membro do Partido Conservador, porém, impediu-o lealmente de exteriorizar quaisquer juízos íntimos em que se comparassem os discursos de Sr. Gaitskell com o do Sr. Heath, porta-voz do Governo. Mas a sua impressão deve-se ter revelado quando, "misericordiosamente", diz o jornalista, Sir Wiston se retirou sem querer ouvir o Sr. Golber (Conservador).

DEFINIÇÃO DE PRINCÍPIOS DO GPDI

Em face das várias sugestões apresentadas pelos democratas portugueses para a solução do problema colonial, achamos conveniente salientarmos a posição anticolonialista tomada pelo GPDI, desde a primeira hora da sua constituição — e afirmada repetidas vezes nos seus comunicados à imprensa. Esta posição resume-se na fórmula seguinte:

— Reconhecimento incondicional do direito de autodeterminação dos povos coloniais e negociações imediatas.

Só assim se poderia reabilitar ainda o prestígio internacional de Portugal e salvaguardar os interesses vitais do povo português, pondo fim a uma guerra sangrenta que não tarda a alastrar e renunciando a uma política suicida, imposta ao país por uma camarilha fascista sem escrúpulos.

Aos democratas saudosistas, que ainda sonham com soluções inteliramente ultrapassadas, lembramos as palavras de Mauriac, escritas para os franceses a propósito da

Argélia, mas que se aplicam muito bem aos portugueses: — "Só ganhamos as colônias na medida em que soubermos perdê-las."

(Serviço de Informação do GPDI 4, Sherwood Gardens Barking, Essex, (U.K.)

COMITÉ PRÓ LIBERDADE EM PORTUGAL E NAS COLONIAS

Com o maior carinho e interesse, este Comité (Council for freedom in Portugal and Colonies) tem vindo a desenvolver uma ação verdadeiramente notável no campo da publicidade e do esclarecimento dos organismos políticos britânicos sobre o caráter tirânico do fascismo, tanto em Portugal como nas Colônias.

Graças à intervenção do Comité, foram trazidas ao conhecimento do público britânico, através das colunas do "Observer" e do "Reynold's News", as personalidades do Dr. Agostinho Neto e de Francisco Miguel, que continuam a ser vítimas do barbarismo fascista. E ultimamente tem-se procurado dar a maior publicidade à vaga de prisões levadas a efeito em Lisboa, após a publicação do "Programa de Democratização".

Não se pode deixar de fazer referência, entre as atividades que se devem ao Comité, à importante Conferência que teve lugar em Londres a 8 de Julho. Esta Conferência, que foi presidida pelo Secretário do partido Trabalhista, Sr. David Ennals, reuniu representantes de seitas religiosas, partidos políticos, sindicatos de operários (trade unions), estudantes e organismos apolíticos vindos de vários pontos do país.

Realizaram-se duas sessões, na primeira das quais se tomou conhecimento da situação em Angola, através dos discursos e intervenções de vários oradores, entre os quais o Bispo de Southwark e o Rev. Clifford Parsons. Na segunda sessão discutiram-se os meios de atuar. E os trabalhos foram dirigidos pelo notável político Anthony Kedgwood Benn, membro eminente do partido Trabalhista.

Entre as várias resoluções tomadas, e que seria longo mencionar em detalhes, destaca-se aquela em que um representante dos sindicatos operários se ofereceu para atuar junto dos estivadores britânicos no sentido de boicotarem, em momento próprio, os barcos que transportam mercadorias de e para Portugal.

A seguir a Conferência realizou-se um grande comício em Trafalgar Square, que teve larga concorrência, sobretudo de asiáticos e africanos. Este comício, organizado pelo Comité e pelo "Movimento pró Liberdade das Colônias" (MCP), foi presidido por Fenner Brockway. Os Srs. Anthony Wedgwood Benn, Manuela Sykes, do Partido Liberal, Sacuntala de Miranda, do Grupo de Portugueses Democratas na Inglaterra (GPDI), e o angolano Samuel Abrigada usaram da palavra.

«O grande impostor» Salazarista de São Paulo

Não julguem os nossos leitores que nos vamos referir ao filme do mesmo nome que esteve há pouco em exibição nos cinemas da Capital Bandeirante. "O GRANDE IMPOSTOR" a que nos vamos referir, é um tipo muito conhecido na comunidade lusa de São Paulo, que vulgarmente é conhecido por Santos Mendes, este senhor é hoje praticamente o maior vassallo da atual situação política portuguesa, que habilmente explora, assim como aos comendadores, em seu próprio proveito, que é na realidade o único que lhe interessa.

A sua impostura principiou pelo seu casamento, cuja igreja onde

foi realizada essa farça, foi interdita por longo tempo; continuou no seu programa de televisão "Portugal no Mundo" e termina na secção portuguesa de um jornal de relativa circulação. Diz-se jornalista, mas limita-se a mencionar noticiário salazarista, sem jamais ter feito qualquer artigo de tese, doutrinar ou de idéias definidas. Diz-se produtor de televisão, mas o seu programa é tolo e idiota, envergonhando toda a comunidade lusa, sendo o mesmo considerado pelas revistas especializadas o "PROGRAMA SUICIDA"

Usa no Brasil o salazarismo, já que em Portugal não o era, para ganhar uns bons cobres; engraxa os comendadores e aspirantes, para deles obter proveito e os explorar razoavelmente e ainda se gabou disso entre amigos, dizendo que os tem na mão e que os mesmos não passam de uns imbecis.

Ultimamente deu-lhe para expor ao ridículo na televisão determinadas esposas de comendadores, possivelmente excelentes senhoras, mas que não têm porte suficiente para representar as senhoras da comunidade portuguesa de São Paulo em programas dessa natureza, ainda que o mesmo seja visto por um número insignificante de pessoas, assim, lisonjeia as esposas para obter partido dos maridos.

O sacripanta, até ficou religioso, mandando rezar missas por alma de defuntos, que em nada lhe interessam, explorando a tragédia de Angola, para obter vantagens do S.N.I.

Grande ponto é grande cómico é esse Santos Mendes salazarista por fóra, em São Paulo, onde está tentando governar-se, parece que muito bem sucedido, por que é ladino e esperto, porém, o mesmo não aconteceu no Rio de Janeiro, onde se contam histórias bem pouco eficientes a seu respeito e do dinheiro que conseguiu para um filme que nunca chegou a realizar.

Aqui deixamos uma amostra desse grande impostor salazarista, e iremos desmascarando outros que por aí existem, alguns muito bem camuflados...

Pela Patria contra Salazar

Três jornais portugueses, em três países diferentes, juntam sua voz à nossa voz, na denuncia dos crimes do salazarismo, e no apoio restrito aos patriotas, que, em Portugal, arriscam a vida em cada minuto, na organização e fortalecimento das Juntas de Ação Patriótica, que comandarão o levante que derrubar a ditadura fascista de Salazar.

São eles:



Orgão da "Junta Patriótica Portuguesa da Venezuela"

JUNTAS PATRIÓTICAS INSURRECCION EN MARCHA



Porta-voz da "Agrupacion de Portugueses Democratas", do Urugual

Portuguese and Colonial Bulletin

8 AFRICANS SHOT WITHOUT TRIAL



Orgão do "Grupo de Portugueses Democratas da Inglaterra"

Qualquer destas três publicações, cuja leitura é de uma importancia que julgamos desnecessario encarecer, pode ser assinada por intermedio do nosso jornal.

Jango agradece ao M.A.B.L.A.

Em resposta à saudação que lhe enviou por ocasião da posse, o presidente da Republica enviou ao M.A.B.L.A. o seguinte telegrama: "Sinceros agradecimentos pelas felicitações enviadas por motivo minha investidura. Atenciosas saudações. João Goulart presidente da Republica."

Excursionista da PIDE

Encontra-se no Brasil, em "visita" aos opositoristas portugueses o inspetor Casaco, da PIDE, durante alguns anos guarda-costa de Salazar.

Discreto, como convem, ele portado rde um passaporte guatemalteco, em nome de Antonio Bural.

Que a terra lhe seja leve, o quanto antes, são os votos de todos nós.

Unidade: como e com quem?

Adolfo Casais Monteiro

Em política, não há teoria sem prática. Ora, o problema da unidade das forças oposicionistas não pode resumir-se a declaração teórica, por parte dos grupos, partidos e indivíduos, de que a entendem necessária, e estão dispostos a realizá-la. É indispensável que se estabeleça claramente como é tal unidade, e com quem. Não ignoramos a existência de sectores que se consideram oposicionistas, e que até se consideram democráticos, mas que todavia não definem de forma a poder-mos identificá-los como tais. A unidade não pode existir entre atitudes contraditórias; pode, sem dúvida, admitir diversidade, divergências táticas e técnicas, digamos assim. Mas exclui evidentemente aquilo que só poderia inutilizá-la.

O leitor talvez já tenha pensado, e tem razão, que tenho em vista o problema colonial. De facto, é a respeito dele que se impõe uma das opções sem as quais a unidade seria fictícia, e permaneceria uma palavra-vã, se não fosse estabelecida sobre a afirmação anti-colonialista. Neste momento, a unidade só tem sentido se for, precisamente, para deixar bem claro perante o mundo que os democratas portugueses não podem admitir o regime colonial, e se opõem a qualquer subterfúgio que tenha por fim, disfarçar uma posição equívoca a respeito de tal problema.

É que, neste momento, não só da evolução de Portugal, mas do mundo todo, o problema colonial constitui uma das pedras de toque para se averiguar a solidez dos princípios. E, para o caso particular português, é ainda mais agudo, porque obriga cada democrata a pesar bem as suas atitudes, esclarecer as suas possíveis dúvidas — para saber se é realmente um democrata, ou simplesmente, "não gosta" do sr. Oliveira Salazar. Ora, a unidade dos que não gostam de pessoas não tem valor político, e basta a necessidade duma definição perante qualquer realidade concreta para os levar a desmascarar-se.

Mas não tenho em vista os que tenham de se "desmascarar", mas os que precisam de se interrogar, de rever as suas idéias, e de tentarem compreender que o momento não lhes permite ser em teoria aquilo que na prática se mostram incapazes de se afirmar. Pois o facto é que, estando os povos coloniais num processo de afirmação idêntico àquele que, em várias fases da história, levou sucessivamente à constituição das nacionalidades, e entre elas à nossa própria, não há pretexto algum por trás do qual um homem que se julga democrata possa ocultar-se para fingir que "o nosso caso" é diferente, ou que "Portugal acaba" se ficar sem as colónias. Isto não é pensar — é mentir. E não é uma opinião política — é covardia perante um problema real, e é precisamente perante os problemas reais que se põe à prova o espírito democrático de cada um.

A verdade é que nós, portugueses, nunca tivemos pensado no problema colonial. Aceitamos uma condição estabelecida como evidente por si pró-

pria. Fomos — somos ainda, aí de nós — um povo em menoridade política, resolvendo sentimentalmente as dificuldades, aceitando a cómoda versão tradicional de um paternalismo que faria dos negros sacrificados ao colonialismo uma espécie de crianças que não queriam outra coisa senão a "proteção" do branco; achávamos que os outros povos exploravam o negro — mas nós não! Pois supunhamos que isso fosse verdade: estaria alterado por isso o legítimo direito à independência desses povos? Seria Afonso Henrique mais civilizado do que qualquer dos negros aos quais queremos continuar negando a sua legítima liberdade? E seremos nós, os portugueses, meus irmãos, mais civilizados do que eles? Em que, e porquê? Quem vai ser o árbitro desta contenda? Nós? Porquê? Com que direito — a não ser o "direito" imperialista de sermos os dominadores presentes dos respectivos territórios?!

Pois bem: a unidade tem que ser feita entre os portugueses que se arrependem de não terem feito nada, os que lamentam não ter podido fazer nada, para evitar que se chegasse à situação actual. Os democratas portugueses só podem lutar legítimamente contra a ditadura salazarista se recusarem a convivência na ditadura exercida pelo governo português contra os povos africanos; se recusarem a "violência" feroz com que essa luta está sendo travada; se afirmarem que fazem sua a luta desses povos, para terem o direito de recusar a que a eles próprios os esmagam.

A nós, portugueses do Brasil, que temos a liberdade de o fazer, impõe-se o dever de afirmar sem o menor vestígio de equívoco a nossa repulsa pela política colonialista, o nosso apoio ao direito desses povos à auto-determinação, EM QUAISQUER CIRCUNSTÂNCIAS, e mesmo se pensarmos — é mais um dos muitos subterfúgios — que eles podem não estar em condições de governar a si próprios. Porque quem tal disser estará assumindo a mesma posição que, contra todos nós, assume Salazar, para o qual também os portugueses não estão em condições de se governarem.

A luta desses povos não é a nossa luta; mas esta só pode ser válida se lhes reconhecer-

mos um direito sem o qual a nossa própria se esvazia de sentido, mesmo teoricamente, pois uma liberdade que se reclama para si mas contra outros não é liberdade — mas apenas uma má desculpa. Não estamos em tempo de imitar Pilatos, e ignorar problemas nos quais a própria raiz das nossas convicções está em causa. Não basta condenar a maneira como Salazar está chacinando negros; não basta condenar a crueldade e o crime dos outros; precisamos de saber, no mais íntimo da nossa consciência, que essa crueldade e esses crimes são apenas um aspecto do colonialismo agonizante; que são um método a que ele recorre, no desespero da agonia; e que continuaremos coniventes dessa crueldade e desses crimes se os quisermos isolar do colonialismo, achando que, "em si próprio", será coisa defensável, se não for cruel nem criminoso; como se, na sua própria essência, ele pudesse deixar de o ser!

EM SÃO PAULO

Cinco de Outubro

O Centro Republicano Português promoverá, no dia 5 do corrente, o seu tradicional banquete comemorativo da data da implantação da República em Portugal.

O 51.º aniversário desse histórico acontecimento será festejado na Adega e Churrascaria Arouche (ex-Transmontana) no Largo do Arouche, n.º 246, às 20 horas. O orador oficial será o Prof. Dr. Jorge de Sena.

MABLA sauda Goulart, Tancredo e San Thiago

No dia 14 de setembro último, o MABLA (Movimento Afro-Brasileiro Pró-Libertação de Angola), enviou telegramas aos srs. João Goulart, Tancredo Neves e San Thiago Dantas, por haverem sido investidos nas funções, respectivamente, de presidente da República, primeiro-ministro e ministro das Relações Exteriores. Ao primeiro, o MABLA expressa sua satisfação por ver na presidência da República um estadista que sempre manifestou sua repulsa pelo colonialismo e pela "serena dignidade com que agiu durante a gravíssima crise que ameaçou subverter as instituições democráticas em nosso País". Ao segundo, o MABLA manifesta sua esperança de que a "posição do Brasil em relação ao angustioso problema de Angola seja diferente da que vinhamos adotando, de modo a que passe a refletir o sentimento nacional" e também a formação anticolonialista, do sr. Tancredo Neves. Ao novo chanceler, o MABLA diz estar certo de que "a lamentável política de apoio ao sr. Salazar, adotada pelo governo anterior, será substituída por outra mais realista e humana, que leve em conta a solidariedade do povo brasileiro ao povo irmão de Angola, vítima neste momento de uma campanha de genocídio". Assinam os telegramas os srs. Luís Roberto Sallinas, Paulo dos Santos Matoso Neto, Francisco Sousa e Santos, José M. Gonçalves e Dora Miari.

Ultima hora

NOVAS PRISÕES

PORTO, (outubro, 4) — A PIDE prendeu mais cinco elementos contrários a política do atual regime de governo português: Advogados Santos Silva, Olivio Franda e João Araujo Correa, assim como os médicos, Antonio Veloso Cunha e Ribeiro dos Santos.

Eleições e Lutas Eleitorais

No corrente mês de outubro Salazar organizará mais uma campanha eleitoral. Desta vez trata-se de eleger 130 deputados para a Assembleia dita nacional; 108 para os nove milhões de portugueses da metrópole e 22 para os onze milhões de portugueses das províncias ultramarinhas, leia-se, colónias.

De passagem registraremos a desigualdade de representação política. Mais uma vez serão a força e a fraude que imperarão, serão a ameaça e a intimidação, serão a truculência e a força bruta da ditadura que sairão vencedoras.

Uma vez mais, Salazar comprovará que foram os seus deputados os mais votados, e que só alguns tantos teimosos ainda insistem em concorrer com os eleitos do seu partido unico, pomposamente chamado de "União Nacional".

Por que então os oposicionistas concorrerão a semelhantes eleições? Porque participar de uma eleição cujos resultados se conhecem antecipadamente?

A nós, oposicionistas portugueses do Brasil, que só podemos aspirar longe dos acontecimentos a ajudar a luta que os nossos compatriotas tramam, perguntas semelhantes se colocam com frequência.

Dois são as razões principais: Em primeiro lugar, a unidade das forças democráticas e anti-salazaristas aumenta e desenvolve-se através das lutas eleitorais; em segundo lugar, a insurreição que consideramos o caminho da libertação nacional só se tornará possível quando todas as formas de diálogo entre o povo e o grupo que detém o poder, isto é, quando todas as possibilidades de luta dentro das leis fascistas se esgotarem. PORTUGAL DEMOCRÁTICO, órgão da oposição democrática no Brasil, após a decisão da oposição portuguesa de lutar nas próximas eleições e concita todos os portugueses do Brasil e dos diversos núcleos do exterior a apoiar, por todos os meios a luta dos seus compatriotas em Portugal e a manterem-se vigilantes por forma a desmascararem rapidamente e inequivocamente todas as fraudes e violências que Salazar e seus protegidos usarão contra a vontade da maioria do povo português.

A Redação



Tudo se vende através dos CLASSIFICADOS de Q ESTADO DE S. PAULO

Endereços de Assinantes

PORTUGAL DEMOCRÁTICO

NOTÍCIAS DE LONDRES

Setembro de 1961

PORTUGAL DEMOCRÁTICO

Rua Conselheiro Furtado, 191
São Paulo, Brasil

DIRETOR RESPONSÁVEL
Otávio Martins de Moura

CONSELHO DE REDAÇÃO
João Sarmento Pimentel

Presidente de Honra
Adolfo Casais Monteiro, Carlos Maria de Araújo, Fernando Correia da Silva, Fernando Lemos, Jorge de Sena, Manuel Serfório, Paulo de Castro, Vitor Ramos.

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO
Antonio Bidarra Fonseca, Carlos Cruz, Carlos Neves, Francisco Lopes, Manuel Ferreira Moura, Silvério da Costa Letra

REPRESENTANTES

RIO DE JANEIRO — SUCURSAL: — Av. Rio Branco, 185 — Gr. 509 — Edif. Marquês de Herval — Telefone: 22-9224 — ROMAX IMP. EXP. LTDA. — FORTALEZA: Dr. Carlos d'Alge — Rua Senador Pompeu, 332 — Fortaleza — Ceará

ESTADO DO RIO — Manuel da Costa (Maneca) — Rua da Varzea, 195 — C. P. 113 — Caxias

JUIZ DE FORA: Manuel Augusto Soares d'Oliveira — Rua Marçal Deodoro, 334 — Juiz de Fora (M. G.)

BELO HORIZONTE: Virgolino Pereira Vilhena — Rua Rio de Janeiro, 390 — sala 304 — Caixa Postal 24 — Belo Horizonte (Minas Gerais)

PELOTAS: Heitor M. Bandeira — Rua 7 de Setembro, 312 — Pelotas — Rio Grande do Sul

PORTO ALEGRE: Fernando Teodoro de Almeida Soares — Edif. Chaves, 12.º, s/1201 — Caixa Postal 2.359 — Porto Alegre — Rio Grande do Sul

SALVADOR: Américo Carvalho — Av. Sete, n.º 1 — Edifício Sulacap, 215 — Salvador (Bahia)

INGLATERRA: Grupo de Portugueses Democratas da Inglaterra (GPDI) 4, Sherwood Gardens, Barking, Essex.

CANADÁ: Comitê dos Portugueses Democratas do Canadá — 47 Barrymore Road — Scarborough — Ontário — Canadá

FRANÇA: Tomás Ferreira Rato, 29 Rue St. André des Arts — Paris, 6.º me.

VENEZUELA: Junta Patriótica Portuguesa — Apartado 8287 — Caracas

ARGENTINA: Joaquim dos Santos — Calle de Los Llanos, 1790 — DOCK SUR — Avellaneda — Buenos Aires

URUGUAI: Agrupação de Portugueses Democratas — Colônia 1.013 — P. 7 — Montevideo

CHECOSLOVÁQUIA: Manuel Nunes — Konevova, 160 — Ziskov — Praha

UNIÃO SUL-AFRICANA: J. Sarmento — P. O. Box 3314 — Johannesburg.

REDAÇÃO
Rua Conselheiro Furtado, 191 — Sala 2 — Caixa Postal 4.469 — Tel.: 37-0933 — São Paulo

EXPEDIENTE
Dias úteis: das 19 às 22 horas
Sábados: das 15 às 19 horas
Número avulso: Cr\$ 10,00
Assinatura anual: Cr\$ 300,00
Assinatura especial: Cr\$ 500,00
Ass. p/ o Exterior: U.S. 5,00

Ano V - N.º 53 Outubro de 1961

Os artigos assinados traduzem apenas a opinião de seus autores, sendo consequente de sua exclusiva responsabilidade.